



Evento	Salão UFRGS 2017: SIC - XXIX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2017
Local	Campus do Vale
Título	Estudo sobre a responsabilidade civil do Estado no caso de absolvição em execução provisória de pena
Autor	MATHEUS PEREIRA ROCHA
Orientador	BRUNO NUBENS BARBOSA MIRAGEM

Título: Estudo sobre a responsabilidade civil do Estado no caso de absolvição em execução provisória de pena

Autor: Matheus Pereira Rocha

Orientador: Dr. Bruno Nubens Barbosa Miragem

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Direito

Resumo: No ano de 2016, o Supremo Tribunal Federal, ao analisar o *Habeas Corpus* 126.292/SP, decidiu que é possível execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a outros recursos. Partindo dessa decisão, a presente pesquisa coloca o seguinte problema: *caso o réu preso por execução provisória de pena seja, ao final do processo, absolvido por uma instância superior, este teria pretensão à indenização em sede de responsabilidade civil do Estado?* Trata-se de tema complexo, conjugando conhecimentos de direito civil, direito administrativo, e direito processual penal. Assim, para abordar tal problemática, utiliza-se o método de pesquisa hipotético-dedutivo, buscando-se testar a seguinte hipótese: *haverá dever de indenizar, por parte do Estado, o período em que o réu absolvido esteve preso em execução provisória de pena, com fulcro no art. 5º, inciso LXXV, da Constituição.*

A investigação aqui narrada utiliza como instrumento de pesquisa a análise bibliográfica e jurisprudencial, de modo a elencar as posições sobre a indenização em caso de prisão indevida, bem como sua recepção por parte da jurisprudência brasileira. Ademais, importa verificar quantitativamente o objeto da questão, razão pela qual também se busca visualizar quantas vezes as cortes superiores (STJ e STF) decidiram pela absolvição do réu, contrariando a decisão do tribunal *a quo*. Assim, temos que, entre 01/01/2009 e 19/04/2016, de 25.707 decisões proferidas pelo STF em recursos criminais, ocorreram apenas 09 (nove) decisões absolutórias, totalizando 0,035% dos casos. E mais: destes casos, apenas 6 tiveram juízo negativo de culpabilidade (casos de atipicidade, retroatividade de lei mais benéfica, princípio da insignificância e ausência de justa causa).

Os dados indicam que os casos de incidência da absolvição são poucos em relação ao total de decisões, porém tal fato não constitui motivo para deixar de analisar o problema, uma vez que a privação indevida da liberdade é um dos maiores danos que o Estado pode causar. No que toca à responsabilidade civil do Estado por atos judiciais, a regra geral é a não responsabilização ante aos atos lícitos do juiz, bem como ao conteúdo de suas decisões, como expressão da independência do Judiciário e garantia da função jurisdicional. Entretanto, a Constituição de 1988 prevê, em seu art. 37, §6º, a responsabilidade objetiva do Estado pelos danos causados por seus agentes, resguardando ação regressiva contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. A doutrina atual entende que se inclui neste dispositivo também o Serviço Público da Justiça. Nesse caso, entende-se que a responsabilidade objetiva do Estado impõe o dever de indenizar nos casos de erro judiciário e prisão além do tempo fixado na sentença (art. 5º, LXXV). Assim, busca-se verificar as hipóteses de incidência do referido dispositivo, de modo a sistematizar critérios para a análise da possibilidade de indenização por absolvição em execução provisória de pena.